



Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público

Rodrigo Fontenelle, CGAP, CRMA, CCSA



O que não é Gestão de Riscos



“Coisa” de
órgãos de
controle

Modismo

Exterminador
de corrupção

+ trabalho

Percepção Incorreta



Gestão
de
Riscos



Processo

Fonte: Miranda (2017)





Fonte: Miranda (2017)





GUIA DE¹ INTEGRIDADE PÚBLICA (CGU)

“Integridade pública deve ser entendida como o conjunto de arranjos institucionais que visam a fazer com que a Administração Pública não se desvie de seu objetivo precípua: entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente. A corrupção impede que tais resultados sejam atingidos e compromete, em última instância, a própria credibilidade das instituições públicas.”

O que é o Programa de Integridade do MP

O programa tem a finalidade de **mitigar ocorrências de corrupção e desvios éticos** a partir da mobilização e **participação ativa** dos gestores públicos.

Objetiva estabelecer um **conjunto de medidas que assegurem a entrega dos resultados** esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de **governança, gestão de riscos e controles, e procedimentos de integridade**.

¹ <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/guia-de-integridade-publica.pdf>





Pilares do Programa de Integridade do Ministério do Planejamento

1º
Ambiente de
Integridade

2º
Gestão de Riscos

3º
Procedimentos de
Integridade

4º
Comunicação e
Monitoramento



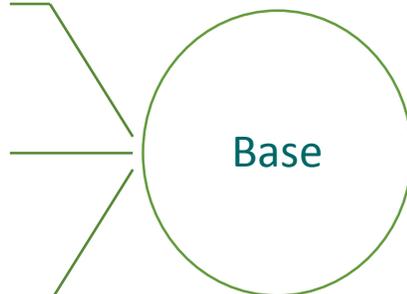
Gestão de Riscos - Ministério do Planejamento





Alinhado ao Planejamento Estratégico do MP e apoiado pela Alta Administração

IN Conjunta MP/CGU Nº 01/2016
Programa de Integridade do MP (Portaria Nº 150/2016 e alterações)
Boas práticas



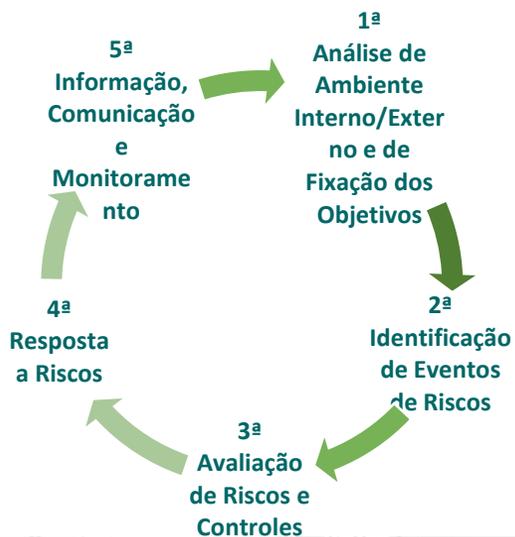
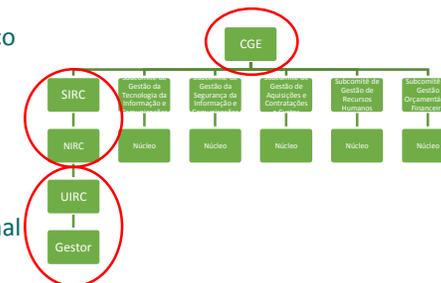
Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão / Linhas de Defesa

Instâncias de Supervisão (previstas na Política)

Estratégico

Tático

Operacional



Metodologia

Solução Tecnológica



Escopo: Planos Estratégicos, Programas, Projetos e Processos
Natureza dos Riscos: Orçamentário-Financeiro e Não Orçamentário-Financeiro





Portaria MP 426/2016 - Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos de Gestão





Estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos na gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão do MP

(Art. 1º da PGIRC)

Aplica-se aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e aos órgãos específicos singulares do MP, abrangendo os servidores, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividades no MP

(Art. 2º da PGIRC)

Descreve conceitos sobre integridade, riscos e controles internos da gestão

(Art. 3º da PGIRC)

PGIRC/MP – Dos instrumentos



Instrumentos (Art. 9º PGIRC)

Instâncias de Supervisão

Metodologia

Capacitação Continuada

Normas, Manuais e
Procedimentos

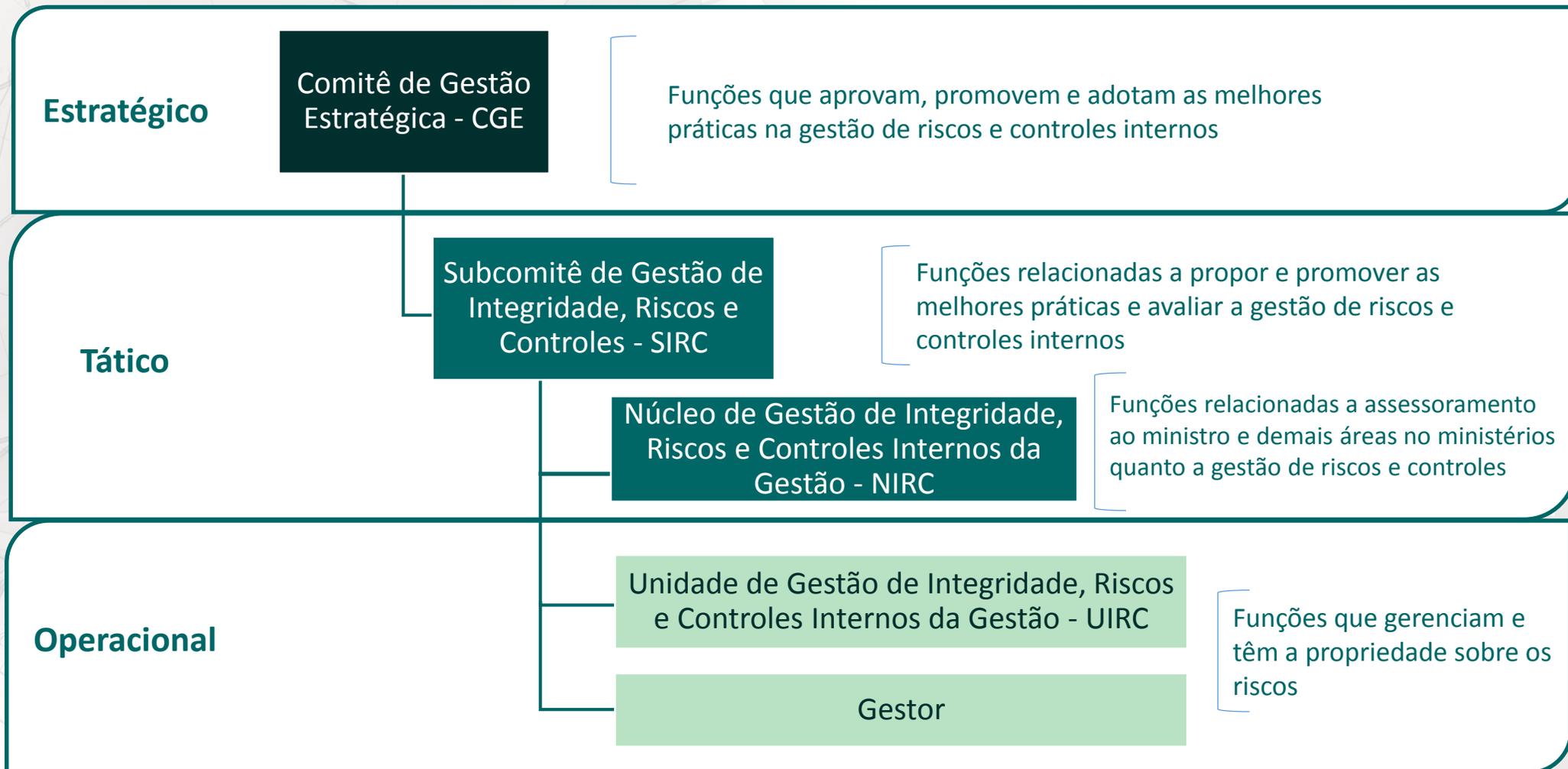
Solução Tecnológica





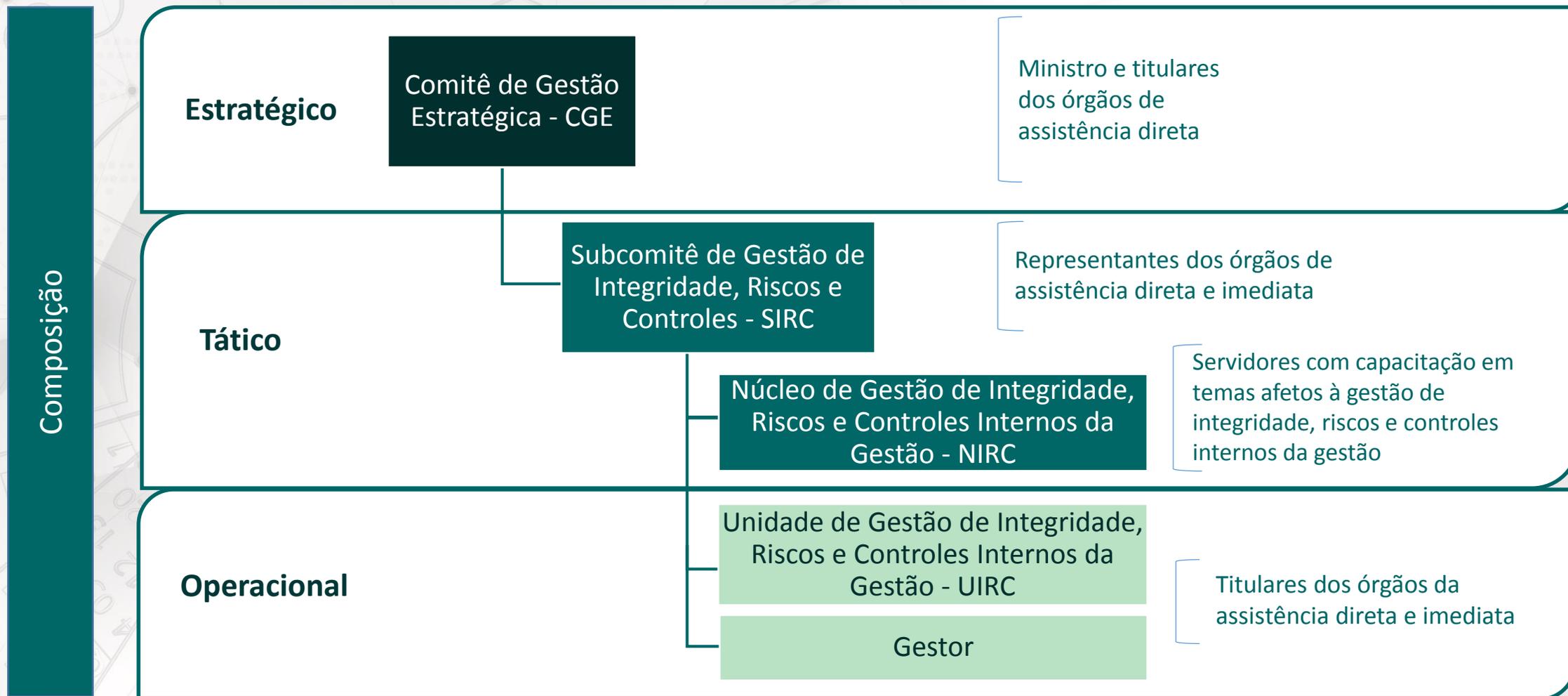
Instâncias de supervisão - Funções

Assessorar o Ministro na definição e implementação de diretrizes, políticas, normas e procedimentos para Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Art. 11)





Instâncias de supervisão - Composição



Método de Priorização de Processos



AVALIAÇÃO QUANTITATIVA						AVALIAÇÃO QUALITATIVA							CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIZAÇÃO DE PROCESSOS								
Processos	Orçamento Macroprocesso	Critérios de Avaliação			Nota Quantitativa	Processos	Fatores de Análise de Processos						Nota Qualitativa	Processos	Nota Quantitativa	Nota Qualitativa	Pontuação Final (QuantXQuali)	Faixas de Classificação			
		Materilidade	Recursos Humanos (Qualificação Técnica Específ)	Recursos Tecnológicos			Processo Estratégico	Demandas do TCU	Demandas da CGU	Relevância do Processo	Valores Não Orçamentário	Reclamações Registradas na Ouvidoria							50%	50%	100%
Processo A	R\$ 1.931.876.711	3	1	3	2,1	Processo A	3	1	2	1	1	1	1,7	Processo A	2,1	1,7	1,9	R			
Processo B	R\$ 892.012.694	1	3	3	2,2	Processo B	1	2	1	3	1	3	1,8	Processo B	2,2	1,8	2,0	R			
Processo C	R\$ 965.938.357	2	3	1	2,3	Processo C	3	3	3	1	1	3	2,4	Processo C	2,3	2,4	2,3	E			
Processo D	R\$ 600.000.255	1	3	3	2,2	Processo D	1	3	1	1	3	1	1,6	Processo D	2,2	1,6	1,9	R			
Processo E	R\$ 1.000.000.000	2	3	1	2,3	Processo E	3	2	2	3	3	3	2,7	Processo E	2,3	2,7	2,5	E			
Processo F	R\$ 350.000.000	1	3	1	1,9	Processo F	1	1	3	1	3	1	1,5	Processo F	1,9	1,5	1,7	R			
Processo G	R\$ 800.000.000	1	3	1	1,9	Processo G	3	1	3	3	1	1	2,3	Processo G	1,9	2,3	2,1	R			
Processo H	R\$ 999.000.000	2	3	1	2,3	Processo H	1	2	2	3	1	3	1,9	Processo H	2,3	1,9	2,1	R			
Processo I	R\$ 400.555.536	1	3	3	2,2	Processo I	3	3	1	3	3	1	2,6	Processo I	2,2	2,6	2,4	E			
Processo J	R\$ 970.000.000	2	1	3	1,7	Processo J	1	3	2	3	3	3	2,3	Processo J	1,7	2,3	2,0	R			
Processo L	R\$ 750.000.000	1	1	3	1,3	Processo L	3	2	3	3	3	3	2,8	Processo L	1,3	2,8	2,1	R			

Prioridade e prazos para a realização do levantamento de riscos



Essencial – 2 anos



Relevante – 3 anos



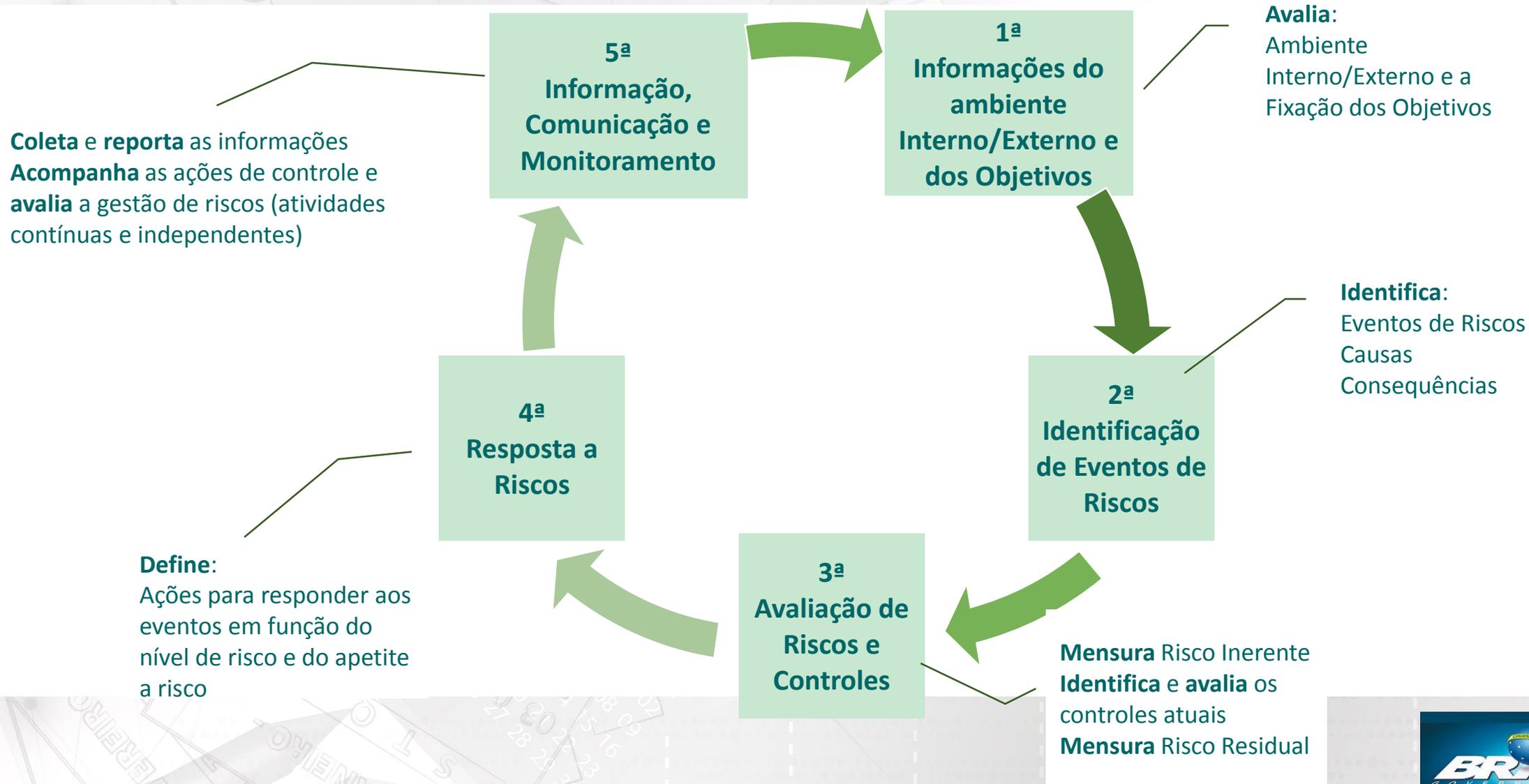
Moderado – 5 anos



Manual de Gerenciamento de Riscos

Etapas do Gerenciamento de Riscos

Ministério do Planejamento



Manual de Gerenciamento de Riscos

Matriz de Riscos

Ministério do Planejamento



		PROBABILIDADE				
		1	2	3	4	5
		Muito baixa	Baixa	Possível	Alta	Muito alta
IMPACTO	Catastrófico	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Crítico	Risco Crítico	Risco Crítico
	Grande	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto	Risco Crítico	Risco Crítico
	Moderado	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto	Risco Crítico
	Pequeno	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto
	Insignificante	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Moderado

Matriz de Riscos

- É uma ferramenta que classifica qualitativamente o resultado dos pesos atribuídos ao impacto e a probabilidade.
- Está particionada em quatro áreas que caracterizam os níveis de riscos.



Projeto em Números – 1º Ciclo

>100

Sensibilização de mais de 100 gestores, de todas as Secretarias do MP

9

9 processos relevantes mapeados no 1º semestre

100

100 reuniões técnicas de gerenciamento de riscos

140

140 riscos identificados

Realizações da 2ª linha de defesa

Ministério do Planejamento



Informe

Monitoramento das demandas dos órgãos fiscalizadores e reguladores

Rede GIRC

Criação da Rede GIRC - Rede de Gestão de Integridade, Riscos e Controle Interno

Gestão de Riscos

Identificação dos Riscos Estratégicos e Monitoramento dos Riscos Relevantes

Sistema

Desenvolvimento da plataforma para documentação da Gestão de Integridade, Riscos e Controle Interno

Apetite a Risco

Assessoramento na definição de Appetite a Risco do MP

Tolerância a Risco

Assessoramento na definição da Tolerância a Riscos



Interação MP – Órgãos e Entidades

Ministério do Planejamento



- Cursos realizados na ENAP e *in company* com a participação de mais de 40 Órgãos e Entidades.

- Curso EAD na Enap

+ de 70 exposições sobre o tema em 32 órgãos/entidades

Disponibilização* de:

- Matriz de Riscos;
- Método de Priorização de Processos;
- Metodologia de Gerenciamento de Riscos.

*download no site do MP

Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Riscos que será disponibilizado no Portal do Software Público.





A Assessoria Especial de Controle Interno do MP convida para o evento

Compliance: perspectivas

Últimas vagas!

Terça-feira, 6 de junho de 2017, de 9h as 12h,
no Auditório do Térreo,
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília-DF
(edifício sede do Ministério do Planejamento).

É necessário confirmação de presença, indicando o nome completo,
telefone e cargo, para o e-mail aeci@planejamento.gov.br

Em caso de dúvida, entrar em contato pelo telefone:
2020-4625



Em mais uma atividade do programa de integridade, a Assessoria Especial de Controle Interno e a Diretoria de Administração do MP convidam para o evento "Detecção de Fraudes em Licitação".

Terça-feira, 27 de julho de 2017, de 9h30 as 12h,
no Auditório do Térreo, Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília-DF
(edifício sede do Ministério do Planejamento).

É necessário confirmação de presença, indicando o nome completo,
órgão, telefone de contato e cargo, para o e-mail aeci@planejamento.gov.br

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelos seguintes canais:
E-mail: aeci@planejamento.gov.br e Telefone: 2020-4625



Plano de Comunicação

Ministério do Planejamento



Plano de Comunicação

Ministério do Planejamento



PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não é legal

USAR ROUPAS INAPROPRIADAS NO AMBIENTE DE TRABALHO.

BRASIL GOVERNO FEDERAL

f t in planejamentobr

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não é legal

BATER PONTO PARA OUTRA PESSOA.

BRASIL GOVERNO FEDERAL

f t in planejamentobr



Plano de Comunicação



PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não é legal

FALSIFICAR ATESTADOS E SITUAÇÕES MÉDICAS.

ATESTADO

Atento, não se preocupar com falsificação por terceiros

planejamento.br 



ligado
no controle

SÉRIE DE VÍDEOS

Projeto de Gestão de Riscos no MP



Projeto de Gestão de Riscos no MP

O objetivo desse vídeo é demonstrar as ações realizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para cumprir a Instrução Normativa MP/CGU nº 01/2016, que trata, dentre outros assuntos, de gestão de riscos.

6 Política de integridade, riscos e controles internos

5 Para que serve a Gestão de Riscos?!

4 Por que os gestores públicos devem prestar contas?!

3 Programa de Integridade do Ministério do Planejamento

2 O que é o Controle Interno da Gestão?

1 Vamos falar de Controle?



“Existe o risco que você não pode jamais correr, e existe o risco que você não pode deixar de correr.” (Peter Drucker)

OBRIGADO!

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP
Assessoria Especial de Controle Interno – AECI

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, CGAP, CRMA, CCSA

rodrigo.miranda@planejamento.gov.br

Fone: 2020.4020

